



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS  
Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Brasília/DF, CEP 70053900  
Telefone: (61) 2027-7000 e Fax: - <http://www.mdic.gov.br>

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 52007.100905/2017-79

### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço para fornecimento de água mineral para atender às necessidades do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC em suas unidades localizadas no Distrito Federal.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em 2016, o MDIC, em seu edifício sede, promoveu a troca do abastecimento por garrações pelos filtros industriais, feitos sob medida. Entretanto, durante todo o processo que levou a essa entrega, a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa - SEMPE, estava sob o organograma da Presidência da República.

2.2. A SEMPE, incorporada ao MDIC pelo [Decreto nº 9.004, de 31 de maio de 2017](#), tinha seu abastecimento de água, por meio de galões, atrelado ao contrato de copeiragem da Presidência. Com a cessão das atividades desse contrato no espaço, o MDIC, de maneira emergencial, instaurou um processo de Dispensa de Licitação (52007.100882/2017-01) para fornecer água para os que ali exercem suas funções.

2.3. A Divisão de Engenharia e Administração Predial, em vistoria ao prédio onde a SEMPE se encontra, constatou a falta de infraestrutura que permitisse, imediatamente, a instalação de bebedouros industriais. Portanto, visando a continuidade desse serviço de caráter essencial, criou-se este Termo de Referência para o fornecimento de água mineral, via garrações, na SEMPE.

### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES

3.1. O objeto deste Termo será fornecido conforme discriminado abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Total
01	Água Mineral ou natural potável de mesa, sem gás, acondicionada em garrações em material transparente, com capacidade para 20 (vinte) litros, <b>POR DEMANDA</b> , com lacre de segurança feito em plástico protetor transparente.	Garração de 20L	17.030

3.2. O produto deverá respeitar as normas de qualidade vigentes, discriminadas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 274, de 22 de setembro de 200 e na RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; na Portaria nº 387, de 19 de Setembro de 2008, do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; e na Portaria nº 470, de 24 novembro de 1999, do Ministério de Minas e Energia, além das

demais legislações vigentes ou que vierem a substituir ou alterar as mesmas, durante o Contrato.

3.3. Não será recebida, pelo CONTRATANTE, água mineral potável de mesa ou água mineral purificada, adicionada de soluções salinas minerais.

3.4. Os garrafões deverão ter capacidade para 20 (vinte) litros e atender à Portaria nº 387, de 19 de Setembro de 2008 do DNPM, e às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT.

3.5. Os produtos deverão apresentar rótulo padrão aprovado pelo DNPM, conforme determinação prevista na Portaria nº 470, de 24 de novembro de 1999.

3.6. Os lacres e os selos de segurança dos produtos deverão estar de acordo com as normas da ABNT.

3.7. Não serão aceitos produtos que apresentem vazamentos pelos gargalos quando postos na posição horizontal, bem como com a validade vencida, amassados, opacos, arranhados ou com defeitos que prejudiquem a qualidade e a visibilidade da água mineral fornecida.

3.8. Todos os produtos deverão estar hermeticamente tampados, higienizados, lacrados e envasados até o limite do gargalo.

#### 4. TIPO DE OBJETO

4.1. O objeto pretendido com essa contratação é considerado comum, com padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado, conforme determinado pelo Art. 2º, § 1º do [Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005](#).

#### 5. DO PREÇO

5.1. O valor estimado da pretensa contratação é de R\$ 115.633,70 (cento e quinze mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta centavos), conforme planilha abaixo:

Item	Descrição do Produto	Unidade	Estimativa Anual	Valor Unitário	Valor Total
1	Água mineral sem gás	Garrafão de 20L	17.030 unidades	R\$ 6,79	R\$ 115.633,70

5.2. Nos preços ofertados, estão inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas, como impostos, taxas e fretes.

5.3. Na proposta de preço, deverá constar a descrição detalhada do produto cotado, valor unitário e total, validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, número da conta corrente, agência e nome do Banco para pagamento.

#### 6. DA OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A contratação em tela enquadra-se no inciso II, do artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que assim dispõe: "quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa".

#### 7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Será obedecido o limite percentual reservado à micro empresa e empresa de pequeno porte, conforme inciso III, do art. 48, da Lei Complementar 123/2006.

## 8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. Os garrafões serão entregues nos seguintes endereços:

8.1.1. Setor de Autarquias Sul Q. 2 1/A - Brasília, DF, 70070-020 - Junta Comercial;

8.1.2. SBN QD 01 Bloco D - Edifício Palácio do Desenvolvimento - Asa Norte, DF, 70057-900 - SAP.

8.2. Poderá haver alteração da localização, previamente comunicada à fornecedora, para outras unidades do Ministérios dentro do Distrito Federal.

## 9. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. As entregas serão realizadas duas vezes por semana, preferencialmente às segundas e quintas, podendo sofrer alterações em feriados, recessos, perturbações da ordem ou situações similares/imprevistas.

9.2. Caso haja necessidade de entrega extraordinária, a empresa deverá atender à demanda em até 24 (vinte e quatro) horas após a requisição enviada pelo gestor do contrato.

9.3. A empresa deverá disponibilizar, no início do contrato, 80 (oitenta) garrafões. Os demais fornecimentos manterão a quantidade inicialmente suprida.

9.3.1. Caso a quantidade de garrafões disponibilizados necessite ser ajustada, a empresa CONTRATADA será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.4. A empresa deverá fornecer bloco de notas de entrega em duas vias, devendo a cada entrega anotar a quantidade de garrafões vazios trocados por cheios. A nota de entrega deverá ser assinada pelo representante da empresa e por responsável do MDIC, ficando cada um com uma via da nota.

9.5. Ao final de cada mês, a empresa somará os garrafões entregues no mês e emitirá nota fiscal do serviço para pagamento. Caso haja divergência observada pelos blocos de notas, o MDIC glosará a empresa, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

9.6. **A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente, junto com a Nota Fiscal, o Laudo de Análise Laboratorial comprobatório de análise microbiológicas e de contaminantes químicos na água mineral. O custo da análise será da CONTRATADA.**

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.3. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do MDIC para a entrega dos materiais, proporcionando condições para o fornecimento dentro das obrigações das normas e condições contratuais.

10.4. Avaliar os produtos, no momento da entrega, podem rejeitar, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo exigir a substituição, em 24 (vinte e quatro) horas corridas, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5. Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades no fornecimento dos materiais.

10.6. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo.

10.7. Enviar, a qualquer tempo, sempre que julgar necessário, amostra do produto para análises laboratoriais, visando avaliação da qualidade da água entregue.

10.8. A Administração não responderá, por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Entregar o produto em embalagem original, devidamente lacrada, devendo promover a substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contados a partir da notificação do MDIC, quando apresentar deterioração, alterações na cor, sabor e aspectos diferentes das características naturais, durante o período de sua validade.

11.2. Arcar com as despesas decorrentes de exame laboratorial do produto fornecido, se detectada alteração nas características, caso o MDIC julgue necessário.

11.3. Comunicar ao Gestor do Contrato qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do material e prestar os esclarecimentos cabíveis.

11.4. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem quaisquer ônus ao Ministério.

11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.6. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do MDIC.

11.7. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.8. Não permitir a contratação de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.

11.9. Não permitir, ao menor de 18 anos, trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.10. Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.12. Manter sede, filial, ou escritório no local da prestação de serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração Pública, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados

**12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.1. Apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de pelo menos 50 % (cinquenta por cento) do quantitativo de galões estimado neste termo de referência, sendo admitida a soma de atestados para fins dessa comprovação.

**13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**14. FORMA DE PAGAMENTO**

14.1. O pagamento dos serviços será efetuado à CONTRATADA conforme demanda efetivamente entregue a cada mês, em até 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura.

14.2. A empresa terá até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao da prestação do serviço, para encaminhar as notas fiscais/fatura para pagamento.

14.3. A equipe de fiscalização terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da nota fiscal, para analisá-la, atestá-la e encaminhá-la para pagamento, ou devolvê-la à prestadora de serviços para correção de possíveis falhas.

14.4. Ocorrendo nova apresentação da nota fiscal, por falhas e erros do Fornecedor, serão contados novamente, a partir de então, os prazos para atesto e pagamento.

14.5. Não será admitido o pagamento antecipado sob nenhum pretexto.

14.6. O pagamento de cada parcela será creditado em conta corrente do Fornecedor, por meio de ordem bancária.

14.7. O Fornecedor deverá informar ao MDIC a instituição bancária a ser utilizada para pagamento, com nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

14.8. O adimplemento da obrigação contratual dar-se-á com a comprovação efetiva da prestação dos serviços e das obrigações dela decorrentes.

14.9. Para efeitos de pagamento, a nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada dos documentos consignados no artigo 29 da Lei nº 8.666/93.

14.10. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Fornecedor dará ensejo ao cancelamento à aplicação de sanções administrativas.

14.11. Previamente a cada pagamento, o MDIC juntará aos autos o extrato de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; a Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas; e o extrato de consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados.

14.11.1. Constatada a situação de irregularidade do Fornecedor junto ao SICAF, a mesma será notificada, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (5) dias úteis, regularize sua situação, de acordo com as condições constantes da IN 04/2013/SLTI-MPOG de 15/10/2013.

14.12. Ocorrendo atraso de pagamento, provocado exclusivamente pelo MDIC, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e a sua apuração se fará desde a data de seu

vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

VP = Valor da parcela a ser paga.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$\frac{I = (TX)}{365} \quad \frac{I = (6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Taxa Percentual da taxa anual = 6%

14.13. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

14.14. O MDIC se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal/fatura estiverem em desacordo com os dados do Fornecedor vencedor do certame licitatório, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, na proposta e no Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJs.

## 15. FISCALIZAÇÃO

15.1. A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo CONTRATANTE, que designará um representante para acompanhar a execução dos serviços;

15.2. A existência da fiscalização do CONTRATANTE, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da *Contratada* na prestação dos serviços a serem executados;

## 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

16.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da citada lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, o Fornecedor que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do contrato ou fraudá-lo;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a Administração do Órgão Gerenciador pode, garantida a prévia defesa, aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de:

I - 0,2 % (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor contratado do objeto inadimplido em caso de atraso injustificado na execução dos serviços, limitada a incidência a 10 (dez) dias. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado global, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 3% (três por cento) sobre o valor contratado global, em caso de situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por ocorrência.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MDIC, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

16.3. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Órgão Gerenciador, e impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Fornecedor de ser acionada judicialmente pela responsabilização civil derivada de perdas e danos junto ao Órgão Gerenciador, decorrentes das infrações cometidas.

16.5. A aplicação das sanções pelo MDIC seguirá o rito instituído pela **Portaria nº 334, de 23 de dezembro de 2016**, publicada no Diário Oficial da União nº 247, seção I, p. 69-70.



Documento assinado eletronicamente por **CREISON SOUZA PINHEIRO, Coordenador(a)**, em 08/01/2018, às 22:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.mdic.gov.br/validador>, informando o código verificador **0238301** e o código CRC **7E51F968**.